

OBJECTOS NULOS E CLLD: UMA TEORIA UNIFICADA

Eduardo P. RAPOSO

Universidade da Califórnia, Santa Bárbara

RESUMO

*A hipótese apresentada em Raposo (1986) de que o objecto nulo do português europeu seria um vestígio-variável deixado pelo movimento de um operador nulo foi posta em causa para o português brasileiro por vários linguistas, incluindo Galves (1989a,b, 1998), Farrell (1990) e Kato (1991), os quais defendem que nesta variante o objecto nulo é pronominal. Neste trabalho, revisito a minha análise de 1986 e proponho que ela é compatível com esta proposta se assumirmos que o "operador nulo" movido é na realidade um *pro* complemento de um determinante nulo, e que tem de ser movido por não ser devidamente licenciado no contexto deste determinante. Em contrapartida, na construção "CLLD", o *pro* é localmente licenciado pelo determinante definido *o* e não necessita ser movido.*

ABSTRACT

*The hypothesis presented in Raposo (1986) that the null object of European Portuguese is a variable-trace left by movement of a null operator was questioned for Brazilian Portuguese by several linguists (including Galves 1989a,b, 1998, Farrell 1990 and Kato 1991), who suggest instead that in this variant the null object is a pronominal. In this work, I revisit my 1986 analysis, and I show that it is compatible with this proposal if we assume that the moved "null operator" is in fact a *pro* introduced by a null determiner. Since a null determiner is not an appropriate licenser, this *pro* has to be moved. In CLLD, I suggest that we have a similar structure, but there *pro* is introduced by a definite determiner, which is an adequate licenser, and thus *pro* does not need to move.*

PALAVRAS-CHAVE

objecto nulo, tópico, determinante nulo, movimento A-barra, (categoria funcional) F

KEYWORDS

null object, topic, null determiner, A-bar movement, (functional category) F

A possibilidade de objectos nulos semanticamente definidos é uma das características mais marcantes que diferenciam o português, tanto na sua vertente europeia, como na sua vertente brasileira, das outras línguas românicas. Assim, por exemplo, o português parece ser a única língua românica que permite a construção que Inês Duarte (1987) chamou de "Topicalização", ilustrada em (1):

- (1) esse livro, eu só encontrei ____ na FNAC (Topicalização)

Para exprimir uma asserção equivalente a (1) tanto pragmática como discursivamente, o francês, o castelhano ou o italiano têm de preencher a posição da lacuna por um pronome resuntivo definido, o qual retoma o tópico. Este pronome, por ser um clítico, aparece em superfície numa posição especial à esquerda do verbo, como sabemos. Nesta artigo, vou escolher o castelhano como língua românica representativa das que não aceitam objectos nulos definidos. Assim, o equivalente estrito de (1) é impossível em castelhano, como se mostra em (2a); o pronome resuntivo é necessário, como em (2b):

- (2) a. *ese libro, sólo encontré ____ en la FNAC
b. ese libro, sólo lo encontré en la FNAC

À construção ilustrada em (2b), Cinque (1990) chamou de Clitic Left-Dislocation (CLLD), designação que passo a utilizar também. Sabemos que o português europeu, e um certo registo formal (sobre tudo escrito) do português brasileiro (doravante PE e PB respectivamente) admitem igualmente CLLD, a par de Topicalização, como se mostra em (3):

- (3) esse livro, eu só o encontrei na FNAC (CLLD)

Do mesmo modo, o português é a única língua românica que ad-

mite orações em que pura e simplesmente não existe expressão fonológica para o objecto directo semanticamente definido, nem mesmo através de um tópico estrutural, e em que este é identificado através de uma entidade saliente do contexto extra-linguístico, a que podemos chamar de "tópico pragmático". Assim, por exemplo, se estivermos falando sobre um determinado livro e sobre as nossas tentativas de encontrar em qualquer livraria, podemos perfeitamente dizer (4a) em português, em vez de (1) – a par de (4b), em PE e em PB formal.

- (4) a. eu só encontrei ____ na FNAC
b. eu só o encontrei na FNAC

Em castelhano só a versão correspondente a (4b) é possível, como se ilustra em (5):

- (5) a. *sólo encontré ____ en la FNAC
b. sólo lo encontré en la FNAC

O elemento que identifica o objecto nulo não tem necessariamente de ser um «tópico» estrutural; pode também, em certas circunstâncias, ser um DP. situado numa posição argumental, quer na mesma frase que contém o objecto nulo, quer numa frase diferente desta, mas pertencente ao mesmo discurso. Esses casos ilustram-se respectivamente em (6a-b):

- (6) a. falámos sobre o livro e as nossas tentativas de comprar ____ na FNAC
b. alguém me falou sobre esse livro. Acho que vou comprar ____ na FNAC

De novo, qualquer destas expressões é impossível em castelhano:

- (7) a. *hablamos sobre el libro y nuestras tentativas de comprar ____ en la FNAC
b. *alguien me habló sobre ese libro. Creo que voy a comprar ____ en la FNAC

Apenas as versões com CLLD são possíveis, as quais também são aceitáveis nos dialectos relevantes do português, o que se mostra em (8) e (9), respectivamente:

(8) a. hablamos sobre el libro y nuestras tentativas de comprarlo en la FNAC
b. alguien me habló sobre ese libro. Creo que voy a comprarlo en la FNAC

(9) a. falámos sobre o livro e as nossas tentativas de o comprar na FNAC
b. alguém me falou sobre esse livro. Acho que o vou comprar na FNAC

Vários linguistas se têm referido às frases de (4a) e de (6) como frases de objecto nulo, num sentido estrito, que por vezes, pelo menos implicitamente, exclui a topicalização. Inês Duarte (1987) argumenta mesmo explicitamente que o fenómeno da topicalização é distinto do fenómeno do objecto nulo ilustrado em (4a). Creio no entanto que seguir nessa direcção é um erro. Em Raposo (1996), um trabalho meu não publicado, mostro que as propriedades sintácticas e semânticas dessas frases são as mesmas, *modulo* a presença visível do tópico em (1). As frases chamadas “estritamente” de objecto nulo, como (4a), podem então ser reduzidas à topicalização ilustrada em (1) se supusermos que tanto um tópico visível quanto um tópico pragmático têm a capacidade de identificar a categoria vazia na posição de objecto directo, qualquer que esta seja. Podemos assim manter a identidade estrutural de (4a) com a parte direita de (1). De acordo com Farrell (1990) e outros, vou também assumir que o objecto nulo de (6) se reduz ao objecto nulo de (4a) – logo, segundo a minha hipótese, ao objecto nulo de (1). Vou portanto passar a usar a designação “construções de objecto nulo” num sentido amplo, que inclui (1), (4a) e (6); e vou pressupor sem mais comentários que todas essas frases ilustram o mesmo fenómeno sintáctico. A “selectividade” das outras línguas românicas relativamente aos objectos nulos aponta também nesse sentido, já que os equivalentes de (1), (4a) e (6) são todos eles

impossíveis nessas línguas, o que sugere muito fortemente que estamos face à mesma propriedade linguística.

Dado este pano de fundo tão propício a uma defesa no plano teórico de uma certa unidade da língua portuguesa, a que resultados chegaram os linguistas sobre este assunto? Basicamente, que a semelhança superficial entre o PE e o PB é enganadora, e que os princípios subjacentes ao fenómeno nas duas variantes são radicalmente diferentes. Afinal, aquilo que a gente fala são mesmo duas línguas diferentes, e nem quando parece a mesma há salvação possível... Como eu me sinto pessoalmente um dos principais responsáveis por esta situação, acho que é altura de clarificar certas questões, começando com uma auto-crítica. Seguidamente, tentarei defender a ideia de que, afinal de contas, talvez seja possível uma caracterização comum do fenómeno do objecto nulo em PE e em PB, como algo que distingue o português “tout court” das outras línguas românicas.

A auto-crítica é evidentemente ao meu artigo de 1986, escrito em 1984 como uma tentativa talvez demasiado entusiástica de aplicar ao PE as descobertas de Jim Huang (1984) sobre o chinês. Aí, propus uma estrutura como (10) para (4a), em que o objecto nulo do PE é uma variável sintáctica, criada a partir do movimento para Comp de um operador vazio, e identificada por um tópico nulo, que coloco na posição A-barra ocupada por hipótese por um tópico foneticamente realizado:

(10) [_{Top} \bar{e}_i] [_{CP} Op_i [_{TP} eu só encontrei \bar{t}_i na FNAC]]

Em (10) aplicar-se-ia a regra de predicação proposta em Chomsky (1977), co-indexando o tópico nulo com a cadeia (Op, \bar{t}), ou seja, tornando o índice $\bar{j} = j$. O constituinte nulo “Top”, por sua vez, seria pragmaticamente identificado por um objecto saliente extra-linguístico. A representação sintáctica do constituinte “Top” é aliás dispensável no quadro dessa análise, e até ligeiramente incompatível com a ideia também aí adiantada de que aquilo que o PE tem de particular

relativamente às outras línguas românicas seria a "abertura" da regra de predicação a um tópico puramente pragmático. O essencial da minha análise, e aquilo que marcou a "história" futura da abordagem deste fenómeno em português, estava naquilo que eu propunha passar-se dentro de CP: ou seja, movimento A-barra de um operador para uma posição Comp, deixando uma variável.

A motivação principal para essa análise residia na suposta sensibilidade do objecto nulo a efeitos de ilhas, no sentido de Ross (1967), e ao filtro do Comp duplamente preenchido. Como se sabe, estas sensibilidades são tomadas como sintomas da aplicação de movimento-wh, ou, mais geralmente, de movimento A-barra para uma posição Comp. Apresento a seguir os exemplos cruciais, retirados da obra citada à excepção de (11b), que é diferente do exemplo correspondente no artigo, e que altero aqui para evitar uma possível redundância com (11c). Em (11a), o tópico discursivo são documentos importantes, em (11b) um bolo delicioso, em (11c) um novo computador pessoal, em (11d) um tesouro e em (11e) uma prenda.

- (11) a. ?eu informei a polícia da possibilidade de o Manel ter guardado cc no cofre da sala de jantar (tópico: documentos importantes)
 b. ?conheço o rapaz que trouxe cc agora mesmo da pastelaria (tópico: um bolo ...)
 c. ?que a IBM venda cc a particulares surpreende-me (tópico: ...computador...)
 d. ?o pirata partiu para as Caraíbas depois de ter guardado cc cuidadosamente no cofre (tópico: o tesouro)
 e. ?quando é que o Manuel vai oferecer cc ao António cc ? (tópico: a prenda)

Assumindo que o alvo do movimento do operador vazio é o Comp da oração raiz, em (11a-b) temos extracção para fora de um NP complexo (de um complexo N-complemento em (11a) e de uma oração relativa em (11b)); em (11c) para fora de um sujeito frásico; em (11d) para fora de um adjunto; e em (11e) o alvo da extracção está preenchido por *quando*. Assumindo a análise em (10), a previsão é de que

todas estas expressões não são gramaticais (em (11e) por provocar um efeito do Comp duplamente preenchido) e foram esses os juízos apresentados, de acordo com a análise.

É legítimo perguntar se os desvios destas frases são tão drásticos para merecer o asterisco que lhes atribuí em 1986. Reconheço hoje que esses juízos de aceitabilidade foram demasiado radicais. No Brasil, esses juízos foram postos em causa por quase todos os linguistas que escreveram sobre o objecto nulo em PB. Alguns linguistas portugueses também consideraram os juízos exagerados, como por exemplo Ana Maria Martins, citada em Cyrino 1997 como aceitando construções semelhantes a (11c). Pessoalmente, estou de acordo, embora continue a pensar que os exemplos são ligeiramente degradados, se os compararmos com (1), (4a) ou (6). Como não sou falante nativo do PB, não posso fazer comparações legítimas com o PE. Mas o artigo, para além disto, teve outras falhas. Uma delas consistiu em ignorar totalmente expressões como as de (6), que são mais difíceis de reconduzir a uma análise como (10). Essa falha foi tão grave que levou mesmo alguns linguistas brasileiros a assumirem que essas frases não seriam possíveis em PE (ver por exemplo Kato 1991 e Cyrino 1997).

Teoricamente, a reacção dos gerativistas brasileiros também não se fez esperar. Mas antes de me referir a ela, quero mencionar aqui que durante os anos 70 e 80 existiu no Brasil uma forte tradição de magníficos estudos sobre o objecto nulo e os seus condicionamentos sintácticos, semânticos, pragmáticos e socio-linguísticos. Citei aqui, entre outros, os trabalhos de Omena (1978), Pereira (1981), Kato e Tarallo (1987) e Maria Eugénia Duarte (1986), que praticamente desenharam o mapa do uso do objecto nulo no PB. Havia assim uma ampla base empírica neste país para o aparecimento de estudos na linha da gramática gerativa, entre os quais destaco os trabalhos de Galves (1989a,b; 1998), Farrell (1990), Kato (1991) e Cyrino (1997). O primeiro trabalho gerativista sobre o objecto nulo em português foi o de Wheeler (1981), que apontou a identidade

distribucional entre o objecto nulo e pronomes lexicais. No Brasil, os primeiros trabalhos teóricos sobre este assunto foram os de Charlotte Galves; estes trabalhos foram os primeiros a propor explicitamente que o objecto nulo deveria ser identificado com a categoria vazia *pro* introduzida na teoria linguística por Chomsky (1982). Por outro lado, a observação de que os juízos de gramaticalidade apresentados no meu trabalho de 86 para o PE não se adequavam ao PB levou facilmente à conclusão de que o objecto nulo do PB não podia ser uma variável. Afastada teoricamente a hipótese de ser um 'vestígio de NP' ou um 'PRO', o objecto nulo só poderia ser um *pro* (para uma visão diferente, mas não incompatível, ver Cyrino 1997). O trabalho de Cole (1987), por sua vez, trouxe para o debate a ideia de que as línguas de objecto nulo definido se repartem tipologicamente em dois grupos, a saber aquelas em que o objecto nulo é uma variável e aquelas em que o objecto nulo é *pro*. Os meus resultados e os dos linguistas brasileiros encaixavam-se bem dentro desta tipologia. Estava assim tudo montado para o fosso entre o PE e o PB que os caprichos da teoria vieram cavar a partir do final dos anos 80 neste domínio: ou seja, mau grado o impressionante facto de serem as duas únicas variantes românicas a permitirem o objecto nulo, praticamente nos mesmos contextos, isto dever-se-ia a factores gramaticais totalmente diferentes: no PE o objecto nulo seria uma variável, no PB um pronome.

E se afinal de contas o fenómeno fosse o mesmo? Acredito que sim, e gostaria de propor aqui uma análise alternativa para o objecto nulo definido, integrando o PE e o PB. Essa análise é "contemporizadora", visto que vou procurar defender que a categoria vazia das frases com objecto nulo em português *é ao mesmo tempo pro e uma variável*, embora em níveis derivacionais distintos.

Um aspecto crucial desta análise é a teoria sobre os pronomes desenvolvida por Postal (1966) e retomada em Raposo (1973;1999) para as formas do artigo definido e pronome acusativo *o/a/os/as*. A ideia essencial é apresentada em (12):

(12) Todo o pronome é um determinante subjacente.

Em particular, a estrutura subjacente a (4b), aqui repetido em (13a), com um objecto directo pronominal (um clítico acusativo) é aquela apresentada em (13b), omitindo aspectos irrelevantes:

- (13)a. eu só o encontrei na FNAC
b. eu só encontrei [_{DP} o *pro*] na FNAC

Ou seja, o pronome *o* não é mais do que um determinante definido cujo complemento nominal é um *pro*. Em Raposo (1999), proponho que *o* é um *proclítico*, ou seja, uma forma sem autonomia acentual que tem de ligar-se a um hospedeiro fonologicamente realizado à sua direita. Isso acontece em DPs como os de (14), em que a ligação da forma *o* ao seu hospedeiro está representada pelo sinal '+':

- (14)a. só encontrei [_{DP} o+livro] na FNAC
b. comi [_{DP} o+doce verde] e [_{DP} o (*pro*) +azul]
c. li [_{DP} o+livro de química] e [_{DP} o (*pro*) +de matemática]

No segundo grupo coordenado de (14b-c), *o* liga-se ao adjetivo *azul* e à preposição *de*, respectivamente, visto que se trata de uma regra da componente fonológica, a qual ignora categorias vazias como *pro*. Em (13b), no entanto, *o* não tem material fonológico em que se apoiar dentro do seu DP. Isso motiva a sua saída do DP e o seu movimento para uma posição onde esse apoio fonológico exista. Ou seja, o que eu proponho nesse estudo é que a regra de *movimento dos clíticos* no português e nas línguas românicas em geral é motivada por uma propriedade da interface PF – em particular a falta de acento autónomo nos determinantes clíticos em combinação com a falta de apoio fonético dentro do seu DP. Sem nos preocuparmos aqui com os detalhes do alvo do movimento, podemos então representar a deri-

vação de (13a) em (15), onde (15a) repete (13b), e onde se omitem detalhes irrelevantes. Do mesmo modo, a derivação de (3), um caso de CLLD, é dada em (16):

- (15) a. eu só encontrei [_{DP} o pro] na FNAC
 b. eu só o+encontrei [_{DP} t pro] na FNAC

- (16) a. esse livro, eu só encontrei [_{DP} o pro] na FNAC
 b. esse livro, eu só o+encontrei [_{DP} t pro] na FNAC

Em (15)-(16), t é o vestígio do artigo o, movido para uma posição adequada onde se pode apoiar à sua direita na forma verbal *encontrei*. Repare-se que esta análise, ao propor que o DP objecto directo de (15)-(16) contém ao mesmo tempo um vestígio e um pro, combina as duas tradições analíticas da teoria gerativa relativamente aos pronomes clíticos: por um lado, a ideia de que os clíticos são movidos para fora da posição-A típica do argumento que representam, deixando um vestígio; e por outro lado, a ideia de que têm um pro associado. Outro aspecto importante desta análise, e que será relevante mais tarde para a análise do objecto nulo, é que o pro não corresponde ao argumento por inteiro – ou seja, a um DP – mas apenas ao complemento nominal desse DP. Por outras palavras, é um verdadeiro pro-nome, com um hífen entre ‘pro’ e ‘nome’.

Como é que o pro de (15)-(16) é licenciado e identificado? Vou aqui assumir a teoria de Rizzi (1986), em particular as condições de licenciamento e de identificação ((40) e (41) desse artigo), e que apresento respectivamente em (17i-ii):

- (17) i. pro é regido por X^0 (licenciamento)
 ii. Que seja X o núcleo licenciador de uma ocorrência de pro: nesse caso, pro tem as especificações gramaticais dos traços de X coindexados com pro (identificação)

Nos termos do programa minimalista, em que a noção de regência é posta em causa, podemos supor, entre outras soluções possíveis, que o licenciamento de pro é feito por incorporação no núcleo “regente” (passe a circularidade), ou através da concordância directa com esse núcleo (a operação de Acordo de Chomsky (1998)). Qualquer que seja a solução, em (15)-(16) pro é licenciado pelo determinante o e identificado pelos seus traços de número e género. Quanto à referência final do complexo ‘o ... pro’, continuo a assumir que é efectuada pela regra de predicação de Chomsky (1977), a qual atribui ao complexo o conteúdo referencial-semântico de um “tópico” linguístico ou contextual, ou de um antecedente em posição argumental. Ver também Kuroda (1969) para uma discussão “clássica” destas questões que conserva ainda toda a sua pertinência. Voltarei mais adiante a uma discussão breve das condições que restringem esta regra.

É agora legítimo fazer a seguinte pergunta: em que nos pode ajudar esta análise de CLLD na compreensão da estrutura interna dos objectos nulos? A ligação pode ser feita da seguinte maneira. Em Raposo (1998), destaquei o facto de as frases de (18) serem possíveis em português, mas não em castelhano, italiano ou francês, como se mostra em (19):

- (18) a. a Maria detesta [cenouras]
 b. odeio [café]
 c. o João prefere [prosa a poesia]

- (19) a. *María detesta [zanahorias]
 b. *odio [café]
 c. *Juan prefiere [prosa a poesia]

Estas frases contêm verbos que Laca (1990) designa de “verbos de atitude afectiva”, e que permitem um objecto directo com interpretação genérica. Em português, esse objecto pode ser “nu” (ou seja, sem determinante), mas em castelhano é obrigatoriamente in-

introduzido pelo artigo definido, como se vê pelo contraste entre (19) e (20). Essa possibilidade também é permitida em português, como se ilustra em (21):

- (20) a. María detesta [las zanahorias]
 b. odio [el café]
 c. Juan prefiere [la prosa a la poesía]

- (21) a. a Maria detesta [as cenouras]
 b. odeio [o café]
 c. o João prefere [a prosa à poesia]

Repare-se agora que estes paradigmas repetem, à sua maneira, as alternâncias e os contrastes que temos encontrado em português e castelhano entre objectos nulos e objectos pronominais. Os exemplos relevantes são repetidos aqui e organizados de modo a permitir estabelecer facilmente a correspondência entre eles:

- (22) a. esse livro, eu só encontrei ____ na FNAC
 b. eu só encontrei ____ na FNAC
 c. a Maria detesta [____cenouras]

- (23) a. *ese libro, sólo encontré ____ en la FNAC
 b. *sólo he encontrado ____ en la FNAC
 c. *María detesta [____zanahorias]

- (24) a. ese libro, sólo lo encontré en la FNAC
 b. sólo lo he encontrado en la FNAC
 c. María detesta [las zanahorias]

- (25) a. esse livro, eu só o encontrei na FNAC
 b. eu só o encontrei na FNAC
 c. a Maria detesta [as cenouras]

Ou seja, o português permite objectos nulos e certas expressões nominais genéricas sem o artigo definido o, mas o castelhano não aceita nenhum dos fenómenos. A tentação de unificar estes factos é grande. Como o podemos fazer?

Começemos por aceitar a ideia de Stowell (1989) e de Longobardi (1994) de que todo o argumento nominal é um DP (isto é, tem como núcleo um D). Nesse caso, somos obrigados a atribuir a estrutura (26) ao DP objecto directo das frases de (18):

- (26) a. a Maria detesta [D cenouras]
 b. odeio [D café]
 c. o João prefere [D prosa a D poesia]

Ou seja, o objecto directo das frases de (18) contém um D nulo. Ora, por motivos cuja discussão está bem para além deste trabalho e que têm a ver com a estrutura semântica das expressões nominais genéricas, temos de concluir que esse D nulo é [+definido] (para a lógica desta conclusão, ver Krifka et al. (1995), e para uma argumentação mais detalhada em favor desta análise, ver Raposo (1998)).

Na perspectiva desta análise, o contraste entre (18) e (19) deve-se ao facto de o português ser a única língua românica que contém um determinante nulo definido no seu léxico.

Torna-se agora tentador sugerir que a possibilidade de objectos nulos em português é na realidade um reflexo da existência deste determinante nulo – daí os contrastes mais gerais manifestados entre o português e o castelhano em (22) e (23). Esse resultado atinge-se facilmente se aceitarmos que, tal como o determinante o, o D nulo toma um pro como complemento nos exemplos com objecto nulo. Nesse caso, a estrutura inicial de (22a-b) é aquela dada em (27a) – compare-se com (15a), a estrutura inicial de (25a-b), e que repito aqui em (27b):

- (27) a. (esse livro) eu só encontrei [_{DP} D pro] na FNAC
 b. (esse livro) eu só encontrei [_{DP} o pro] na FNAC

Se esta análise estiver no caminho certo, concluímos que as frases com objecto nulo e as frases com o pronome acusativo *o* são na realidade estruturalmente paralelas; a diferença é inteiramente lexical, e reside na natureza do determinante em cada uma delas: um determinante definido fonológico, em (27b), e um determinante definido nulo, em (27a). Em castelhano o determinante nulo não existe, logo não encontramos frases com objectos nulos, nem objectos genéricos “nus” como os de (18).

Podemos perguntar agora como é que o *pro* em (27a) é licenciado e identificado pelos princípios de (17), aqui repetidos.

- (17) i. *pro* é regido por X^0_y (licenciamento)
 ii. Que seja X o núcleo licenciador de uma ocorrência de *pro*: nesse caso, *pro* tem as especificações gramaticais dos traços de X coindexados com *pro* (identificação)

A cláusula (17a) não levanta problemas, se admitirmos que um núcleo nulo pertence à classe dos licenciadores possíveis. Suponhamos no entanto que são os traços de [género] e [número] que contam para a identificação de *pro* no contexto de (27), mas que o D nulo definido não é especificado relativamente a esses traços. Nesse caso, *pro* não pode sobreviver no contexto (27a).

A minha proposta é que *pro* nesse contexto tem de ser movido para uma posição onde esteja suficientemente próximo do DP antecedente (quer este seja um tópico quer um argumento numa posição- Λ), onde a sua identificação é feita “directamente”, por assim dizer. Gostaria também de sugerir que essa posição é dada pela categoria “F”, discutida em vários trabalhos por Juan Uriagereka e por mim próprio (ver, por exemplo, Uriagereka 1995b, Raposo e Uriagereka 1996, Raposo 2000). Esta proposta encaixa-se

bem com a ideia de Uriagereka (1995a) de que a função semântica de F consiste em codificar formalmente o contacto entre o nível de interface LF e os sistemas semântico, pragmático e discursivo situados para lá de LF – precisamente o que está em jogo na identificação de *pro* por um antecedente. Mais adiante apresento um argumento empírico em favor desta análise.

Accitando a análise, e pressupondo que *pro* não é mais do que um feixe de traços distintivos sem realização fonológica, podemos admitir que é a operação Mover F que desloca *pro* directamente para uma posição de adjunção a F. A derivação de (22a-b) é então a que se ilustra em (28), omitindo detalhes irrelevantes:

- (28) a. (esse livro) [_{FP} F [_{TP} eu só encontrei [_{DP} D pro] na FNAC]]
 b. (esse livro) [_{TP} pro+F [_{TP} eu só encontrei [_{DP} D t] na FNAC]]

Esta análise é bem semelhante àquela proposta por Kato (1991) com base em motivações distintas. Aí, propõe-se que o objecto nulo é um *pro* identificado por um clítico nulo, movido para a categoria funcional que hospeda os clíticos visíveis (por hipótese F, nas análises de Raposo e Uriagereka mencionadas acima). Ou seja, uma versão possível da análise de Kato é aquela ilustrada em (29), assumindo que os clíticos são Ds subjacentes, e omitindo certos detalhes:

- (29) (esse livro) [_{TP} D+F [_{TP} eu só encontrei [_{DP} t *pro*] na FNAC]] (Kato 1991)

Como se pode ver, (29) é o espelho de (28) no que respeita às categorias vazias directamente envolvidas. Na análise de Kato o *pro* fica *in situ*, ao passo que na minha ele é movido. Inversamente, na análise de Kato é o D que é movido, ao passo que na minha, fica *in situ*. Empiricamente, a escolha entre (28) e (29) não é fácil. Em defesa de (28), adiantaria aqui que, no âmbito das análises recentes que tenho proposto para a cliticização em português (ver Raposo 1999,

por exemplo), um clítico tem necessariamente de possuir material fonológico, logo não podem existir clíticos nulos. Por outras palavras, um D nulo não precisa de se mover precisamente porque é nulo, e, logo, por considerações de economia, não se move. Por outro lado, parto do princípio que o *pro* precisa de ser licenciado/identificado numa configuração local, e que é portanto *pro* que tem de mover-se, assumindo que o D nulo não tem os traços necessários para essa identificação. De qualquer modo, a escolha entre as duas análises fica em aberto, embora não seja completamente evidente qual a natureza das considerações empíricas que poderão decidir entre elas.

A minha análise, no entanto, tem uma consequência que a de Kato não tem, se assumirmos que uma variável tem necessariamente um conteúdo nominal e que a posição de adjunção a F é uma posição A-barra. Nesse caso, em (28b), o vestígio do *pro* movido é um vestígio-variável, e *pro* adjunto a F desempenha por sua vez a função de um operador vazio na regra de Predicação que dá o valor final do objecto nulo. Esta visão faz sentido sobretudo se aceitarmos a teoria dos vestígios como cópia, visto que nesse caso *t* em (28b) é o *pro* em posição argumental que é identificado através do “operador”-*pro* em F. Ou seja, se olharmos bem, a análise que proponho em (28) não está muito longe da minha análise de 86, como o revela a comparação entre (10) e (28b), que se mostra em (30) (omito o constituinte “Top” de (10), para acentuar o paralelismo):

- (30)a. (esse livro) [_{TP} *pro*+F [_{TP} eu só encontrei [_{DP} D *t*] na FNAC]]
 b. (esse livro) [_{CP} Op_i [_{TP} eu só encontrei *t_i* na FNAC]] (análise de 86)

Uma vantagem imediata é que damos imediatamente conta dos efeitos de ilhas em PE, ainda que estes sejam fracos e variáveis de falante para falante. As diferenças entre o PB e o PE neste campo poderiam talvez ser reduzidas a efeitos distintos de “subjacência” nas duas variantes – e recorro aqui que no actual quadro teórico do programa minimalista a subjacência é um fenómeno

no mal compreendido. Alternativamente, as diferenças poderiam residir no facto de o movimento de *pro* ser efectuado na componente visível em PE mas apenas na componente não-visível em PB, com uma atenuação dos efeitos de subjacência neste último caso. Esta ideia, por sua vez, poderia ser relacionada com a intuição original de Uriagereka (1995b) de que F é morfologicamente realizado em PE mas não em PB, com a consequência de que possui um traço “forte” em PE que atrai *pro* na componente visível, contrariamente ao PB. Qualquer que seja em última instância a solução para esta diferença entre o PE e o PB, não me parece incompatível com a análise comum proposta em (28).

Mary Kato, em comunicação pessoal, fez-me a seguinte pergunta, extremamente pertinente: se o D nulo é definido e pode retomar um tópico, como em (22a), por que é que não pode introduzir um DP definido normal? Ou seja, se em topicalizações como (31) tanto o determinante *o* como o determinante nulo podem aparecer como resuntivos, por que é que só o determinante *o* é que pode aparecer em frases “simples”, como o contraste entre (32a) e (32b) mostra?

- (31)a. [o livro], eu só o encontrei na FNAC
 b. [o livro], eu só encontrei D na FNAC (D nulo)
- (32)a. eu encontrei [o livro] na FNAC
 b. *eu encontrei [D livro] na FNAC (D nulo)

A pergunta inversa é igualmente relevante: por que é que o D nulo pode ser usado como resuntivo, a par do determinante definido *o*? É mais fácil responder a esta pergunta do que à anterior, e a resposta, por sua vez, pode eventualmente dar-nos algumas pistas sobre o problema da não-gramaticalidade de (32b). Para começar, repare-se que não é qualquer determinante que pode retomar um tópico ou um antecedente previamente introduzido

no universo do discurso. Assim, por exemplo, o livro que se introduz no universo do discurso pelo DP *um livro*, em (33), não pode ser retomado pelo mesmo D indefinido *um*, como em (34), mas apenas por um dos Ds de (35) (assumindo que a forma *ele* é igualmente um determinante, como defendo em trabalho de 1999):

- (33) comprei um livro na FNAC
 (34) *só vou ler um mais tarde
 (35) a. só vou ler ele mais tarde (?PB, *PE)
 b. só vou lê-lo mais tarde
 c. só vou ler D mais tarde (D nulo)

Estes Ds são todos definidos. Estamos aqui face à operação que Postal (1966) e Kuroda (1969) chamam de definitização, e que podemos conceber como sendo de natureza discursiva, na linha de trabalhos recentes como Lambrecht (1994) e Lyons (1999). O conteúdo essencial desta operação pode ser dado descritivamente como em (36):

- (36) Apenas um determinante definido pode retomar um tópico/antecedente já introduzido no universo do discurso e ainda saliente para os participantes do discurso.

No entanto, nem todos os determinantes definidos podem retomar um tópico. Assumindo que as formas demonstrativas *este/esse/aquele* são igualmente determinantes, é um facto que nenhuma delas pode funcionar como resuntivo. Assim por exemplo, (33) não pode ser seguido por (37), com o demonstrativo *esse* retomando o DP *um livro*:

- (37) *só vou ler esse mais tarde

Do mesmo modo, nenhuma das seguintes topicalizações é possível:

- (38) a. *esse livro, só encontrei esse na FNAC
 b. *o livro, só encontrei esse na FNAC

No contexto de (38), apenas os determinantes de (35) podem ser usados, como se vê em (39):

- (39) a. esse/o livro, só encontrei ele na FNAC (?PB, *PE)
 b. esse/o livro, só o encontrei na FNAC
 c. esse/o livro, só encontrei D na FNAC

O que estes três determinantes têm de comum é que são minimamente especificados do ponto de vista semântico, relativamente aos demonstrativos. Em particular, não possuem qualquer especificação quanto ao traço [proximidade/afastamento do falante]. Concluimos assim que só um D minimamente especificado pode ser usado como resuntivo. Isso talvez se deva à necessidade de um determinante resuntivo ser o mais “transparente” possível, de modo a permitir que a regra de predicação que licencia o conteúdo semântico-formal de pro se possa aplicar. Podemos condensar de uma forma de certo modo “metafórica” as propriedades de definitude e “transparência” necessárias para um resuntivo através do princípio (40):

- (40) Um D resuntivo tem de ser uma “âncora” anafórica.

Em português, apenas as formas *ele*, *o* e D nulo (este último, por hipótese, o determinante com menor especificação semântica) podem ser âncoras anafóricas (teríamos de fazer algumas ressalvas em relação à forma *ele*, tanto em PE como em PB, mas vou deixar essa questão de parte aqui).

Tudo isto, no entanto, não responde ainda à primeira pergunta, ou seja, por que é que não existem expressões como (32b), com uma interpretação definida, não genérica, do objecto directo? Ob-

servacionalmente, os factos quanto ao uso do D nulo definido podem resumir-se em (41):

- (41) O D nulo pode ser núcleo de DPs objecto directo quando o complemento nominal é
- semanticamente genérico
 - pro*

Idealmente, esperamos que haja uma propriedade semântica geral por detrás destas duas classes nominais, de tal maneira que a distribuição do D nulo possa ser captada em termos de selecção desta propriedade. Vou deixar a questão neste estado pouco aceitável, esperando que a investigação futura traga alguma luz sobre ela, e continuando a assumir a correcção da análise que invoca um D nulo definido como explicação do objecto nulo do português.

Consideremos de novo a análise proposta em (28), aqui repetida:

- (28) a. (esse livro) [_{FP} F [_{TP} eu só encontrei [_{DP} D *pro*] na FNAC]]
 b. (esse livro) [_{FP} *pro*+F [_{TP} eu só encontrei [_{DP} D t] na FNAC]]

A motivação apresentada para a etapa (28b) desta análise foi inteiramente conceptual, e baseou-se na ideia de que o D nulo não poderia identificar *pro*, e que esse elemento teria assim de ser movido para a categoria F, por hipótese a categoria que estabelece a relação entre o *pro* e o seu antecedente linguístico ou discursivo. A análise é plausível, para além de explicar os efeitos de ilhas nos dialectos onde estes se fazem sentir. Seria melhor, no entanto, se tivéssemos um argumento empírico mais forte. Creio que é possível construir um argumento desse tipo, com base em frases em que o antecedente do objecto nulo não é um tópico estrutural ou pragmático, mas sim um DP integrado na própria frase em que ocorre o objecto nulo. Estas frases levantam problemas empíricos e teóricos que estou longe de compreender, e que se reflectem muitas vezes na extrema dificuldade

em dar juízos de aceitabilidade sobre alguns destes exemplos. Feita esta ressalva, consideremos os exemplos de (42), em que o antecedente pretendido do objecto nulo está sublinhado.

- (42) a. ??o polícia que agrediu esse preso acha que é melhor levar ____ para o hospital
 b. o aluno que tem o teu artigo em casa decidiu que ia devolver ____ ainda hoje
 c. o moço a quem falaste sobre esse livro disse que ia comprar ____ na livraria Bertrand

A degradação de (42a) parece-me ter a ver com a resistência que os objectos nulos apresentam a antecedentes [+animados], várias vezes observada na literatura (ver por exemplo M.E. Duarte 1986 e Cyrino 1997, entre outros). A partir daqui, não vou tomar esse efeito em consideração, visto que ele não me parece excessivo em frases como (42a) ou em frases em que o antecedente é um tópico estrutural, quer fonologicamente realizado quer nulo. No meu idiolecto, os exemplos de (42) contrastam claramente com os de (43) (agradeço à Mary Kato ter confirmado estes juízos):

- (43) a. ??o polícia que agrediu esse preso levou ____ para o hospital
 b. ??o aluno que tem o teu artigo em casa devolve ____ ainda hoje
 c. ??o moço a quem falaste sobre esse livro comprou ____ na livraria Bertrand

A diferença estrutural entre estes paradigmas é que em (42) o objecto nulo está contido numa oração subordinada introduzida pelo complementador *que*, ao passo que em (43) o objecto nulo pertence à oração principal. Nos dois paradigmas, o antecedente do objecto nulo está dentro de uma oração relativa que pertence ao sujeito principal.

Uma consequência imediata desta diferença estrutural é que em (43) há somente um local de poiso possível para o *pro* dentro do objecto nulo, nomeadamente o F da oração raiz. A estrutura de (43), consideravelmente simplificada, é assim a de (44), tomando o exemplo (43c) como representativo:

- (44) [_{TP} pro+F [_{TP} o moço a quem falaste sobre esse livro [_{VP} comprou [_{DP} D t] na livraria Bertrand]]]

Repare-se que nesta estrutura, o operador-pro em F c-comanda o antecedente pretendido *o livro*, o qual está profundamente encaixado dentro do sujeito. Ora, qualquer que seja em última instância o princípio relevante, um operador não pode c-comandar uma expressão-r co-indexada, como se pode ver no exemplo (45), em que o sublinhado representa co-indexação:

- (45)*o que (é que) o moço a quem falaste sobre esse livro comprou t na livraria Bertrand?

A consequência deste princípio que nos interessa aqui pode ser dada informalmente em (46):

- (46) O operador-pro em F numa estrutura de objecto nulo não pode c-comandar o antecedente que o identifica.

As expressões de (43) são pois excluídas por (46) – mais correctamente, pelo princípio do qual se deriva (46).

Consideremos agora (42). Aqui, por hipótese, há duas instâncias da categoria F na estrutura: uma na periferia esquerda da oração principal, e outra na periferia esquerda da oração subordinada. Simplificando consideravelmente, e tomando (42c) como exemplo, a estrutura relevante dessas orações é a seguinte (para os detalhes desta análise, em particular a relação estrutural entre CP e FP, ver Raposo e Uriagereka 1996):

- (47) [_{TP} F [_{TP} o moço ... disse [_{CP} que [_{TP} F [_{TP} cc ia comprar [_{DP} D pro] na liv. B.]]]]]

Em (47), o F da oração subordinada fornece um local de poiso adicional, não existente em (44), para o pro. Ou seja, para além da

estrutura irrelevante em que o pro é movido para o F raiz – e que é excluída pelos mesmos motivos que excluem (44) – podemos atribuir a (42c) a estrutura (48), em que o pro é movido para o F subordinado:

- (48) [_{FP} F [_{TP} o moço a quem falaste sobre esse livro [_{VP} disse [_{CP} que [_{TP} pro+F [_{TP} cc ia comprar [_{DP} D t]]]]]] na livraria Bertrand

É fácil verificar que em (48), o princípio (46) é satisfeito. Consequentemente, o DP *o livro* pode servir de antecedente identificador do complexo pro - t.

Repare-se que a análise que se limita a propor que o objecto nulo é um pro in situ e que não há movimento nas frases de objecto nulo não tem nada em que se apoiar para estabelecer a distinção entre os paradigmas (42) e (43). Em particular, um pronome fonologicamente realizado é possível nos dois casos, como se mostra em (49) e (50):

- (49) a. o polícia que agrediu esse preso acha que é melhor levá-lo / levar ele para o hospital
b. o aluno que tem o teu artigo em casa decidiu que ia devolvê-lo / devolver ele ainda hoje
c. o moço a quem falaste sobre esse livro disse que ia comprá-lo / comprar ele na livraria Bertrand

- (50) a. o polícia que agrediu esse preso levou-o / ele para o hospital
b. o aluno que tem o teu artigo em casa devolve-o / ele ainda hoje
c. o moço a quem falaste sobre esse livro comprou-o / ele na livraria Bertrand

Concluindo, o contraste entre (42) e (43) fornece-nos um argumento importante em favor da ideia de que nas estruturas de objecto nulo existe movimento de um elemento nulo para uma posição periférica A-barra – por hipótese, de um pro para a categoria F, como propusemos acima.

Se em (43) substituirmos a expressão-r dentro do sujeito por um pronome ou por um objecto nulo, e introduzirmos a expressão-r como

um tópico estrutural, as expressões melhoram consideravelmente, tornando-se aceitáveis, o que se ilustra em (51):

- (51) a. esse preso, o polícia que o agrediu levou ____ para o hospital
 b. o teu artigo, o aluno que tem ____ em casa devolve ____ ainda hoje
 c. esse livro, o moço a quem falaste sobre ele comprou ____ na livraria
 Bertrand

Mas em (51) o antecedente é um tópico estrutural fora do domínio de c-comando do F principal, e não há assim nenhum problema em mover *pro* em adjunção a este F, contrariamente ao que se passa em (43)/(44). A estrutura de (51c), por exemplo, é dada em (52), omitindo material irrelevante:

- (52) (esse livro) [_{TP} *pro* + F [_{TP} o moço a quem falaste sobre ele [_{VP} comprou [_{DP} D t_i ...]]]]

Entre parênteses, note-se que em (51b), com dois objectos nulos, temos presumivelmente um caso de extracção “across-the-board”, cuja discussão deixamos para trabalho futuro.

Para aqueles falantes que aceitam marginalmente (43), é possível que isso se deva à disponibilidade marginal de uma estrutura semelhante a (52) para esses exemplos, em que o *pro* é identificado por um tópico pragmático já introduzido no discurso, e que é retomado pelos DPs sublinhados dentro da frase.

Gostaria agora de tecer alguns comentários rápidos sobre uma questão que tem sido bem controversa na literatura sobre o objecto nulo, a saber: qual é a relação estrutural permitida entre a categoria vazia na posição de objecto e o seu antecedente? Não vou de modo nenhum resolver o problema, mas apenas apontar que certas conclusões assumidas até aqui têm de ser repensadas. Consideremos para começar o caso ilustrado em (53), que tem sido uma espinha “cravada” na garganta dos proponentes do objecto nulo como *pro*.

- (53)*o João pensa que eu recomendei ____ ao professor

A leitura relevante aqui é aquela em que o objecto nulo e o sujeito principal são co-referentes. (53) deve ser comparado com a possibilidade de (54), com um pronome fonologicamente realizado em vez do objecto nulo:

- (54) a. o João pensa que eu *o* recomendei ao professor
 b. o João pensa que eu recomendei *ele* ao professor

Se o objecto nulo fosse simplesmente um elemento pronominal, não esperaríamos nenhuma assimetria entre (53) e (54), visto que em ambos os casos o pronome está livre na sua categoria de regência, ou de ligação, que é a oração subordinada. Assim, deveria entrar livremente numa relação de co-referência com o sujeito principal. A impossibilidade de isso acontecer é *prima facie* um forte argumento contra a análise do objecto nulo como *pro*, e sempre foi o trunfo forte da análise do objecto nulo como variável. Assim, no seguimento de Huang (1984), a minha análise de 86, com movimento de um operador para o Comp principal, reduzia (53) a um caso de “cruzamento forte”, ilustrado em (55).

- (55) [_{TP} *cc*_i] [_{CP} Op_i [_{TP} o João_i pensa [_{CP} que eu recomendei t_j na FNAC]]]

Em (55), uma expressão-r (*o João*) c-comanda a variável co-indexada na posição de objecto directo de *recomendei*, o que não é permitido pela Condição C da teoria da ligação. À primeira vista, a análise “mista” que defendo aqui preserva essa consequência, como se pode ver na possível representação (56) que se poderia atribuir a (53) com base nessa análise:

- (56) [_{TP} *pro*_i + F [_{TP} o João_i pensa [_{CP} que eu recomendei [_{DP} D t_j] ao professor]]]

Ou seja, se o vestígio do *pro* movido para o F principal for uma variável, como propus, continuamos a ter um efeito de cruzamento forte em (56), com a consequente violação da condição C. Mas repare-se que esta estrutura está em violação do princípio (46): o *pro* adjunto a F c-comanda o antecedente *o João* na posição de [spec, TP]. Podemos então especular que a fortíssima impossibilidade de (53), é causada, na realidade, pela dupla violação da condição C e do princípio (46).

Mas a questão não é tão simples, porque existe uma estrutura alternativa para (53) que não está em violação do princípio (46), e que se dá em (57):

(57) [_{TP} o João pensa [_{CP} que [_{TP} *pro* + F [_{TP} eu recomendi [_{DP} D t] ao professor]]]]

Nesta estrutura, o *pro* é movido para a categoria F da oração subordinada. Embora o princípio (46) seja agora satisfeito, poderíamos continuar mantendo que a condição C da teoria da ligação exclui (57), mesmo que não haja “cruzamento forte”. De facto, o vestígio *t*, que é uma variável na perspectiva deste trabalho, é à mesma c-comandado pelo sujeito principal *o João*, proibindo assim a sua co-indexação. Esse caminho, no entanto, não é inteiramente óbvio, dada a reformulação da condição C proposta em Chomsky (1986b), que se apresenta em (58) (apenas apresento a primeira parte dessa reformulação, que é aquela relevante para este trabalho):

(58) Uma expressão-*r* tem de ser A-livre no domínio do seu operador.

Ora, se em (57) tomarmos *pro* em F como o operador vazio que liga a variável *t*, esta está na realidade A-livre do sujeito *o João* no domínio do *pro*, que é a oração subordinada. A co-indexação entre o *pro* e o sujeito deveria assim ser permitida pela versão (58) do princípio C, e a leitura co-referente deveria ser possível.

Para complicar as coisas, (53) pode ser “salva” pela introdução prévia do tópico, como notam Farrell (1987) e Cyrino (1997), e como se mostra

em (59), adaptado de Cyrino (1997) (que atribui o exemplo a Farrell):

(59) todo o mundo insiste que Maria beijou Pedro, depois do baile. Mas ele insiste que ninguém beijou ____

Em (59), podemos supor que o identificador do objecto nulo é o DP *Pedro* da primeira oração, e não o pronome *ele* na segunda oração. Sendo assim, o movimento de *pro* é plausivelmente para a categoria F da oração principal, assumindo que é o F da oração principal que estabelece a ligação com o contexto pragmático e discursivo externo a uma frase. A estrutura da segunda frase de (59) é então (60) (omittem-se vários detalhes irrelevantes):

(60) (Pedro) [_{TP} *pro* + F [_{TP} ele, insiste que ninguém beijou [_{DP} D t]]]

Em (60), o princípio (46) está satisfeito, mas agora a condição C é violada em qualquer das suas versões (ou seja, com ou sem a cláusula adicional de Chomsky 1986b)). As frases do tipo de (53) continuam pois a ser um problema, quer se considere o objecto nulo como *pro*, quer como variável.

A questão é mais ampla, no entanto, e diz respeito ao papel que o c-comando desempenha no licenciamento do objecto nulo. Em particular, e pondo de lado as questões que têm a ver com o traço [\pm animado], foi proposto por Kato (1991) que a sintaxe do objecto nulo definido seria correcta e exhaustivamente descrita por uma condição de *anti-c-comando* entre o objecto nulo e o seu antecedente – ou seja, o antecedente não poderia c-comandar o objecto nulo. Vou tentar mostrar aqui que esta condição é no mínimo problemática, com as consequências que isso tem tanto para os que defendem que o objecto nulo é um *pro* não movido como para os que defendem que é uma variável.

Para começar, note-se que a condição não pode ser exhaustiva, visto que não dá conta do contraste entre (42) e (43) – em ambos os casos o antecedente pretendido não c-comanda o objecto nulo. Considerem-se em seguida

os exemplos de (61), com o objecto nulo na oração subordinada adverbial, e co-referente com o objecto directo (sublinhado) da oração principal:

- (61) a. ?o polícia insultou o preso antes de agredir ____
 b. tirei o relógio para fora da caixa sem quebrar ____
 c. recomendaram-me esse livro antes de eu comprar ____

Considerem-se também os exemplos de (62), com o objecto nulo numa oração subordinada *integrante*, e co-referente com o objecto directo da oração principal (estes exemplos foram adaptados de Chomsky (1986a)):

- (62) a. ?eu avisei esses homens (de) que a polícia iria prender ____
 b. ?alguém convenceu esses estudantes (de) que eu poderia prejudicar ____

Descontando a ligeira incompatibilidade entre o objecto nulo e um antecedente [+humano] referida atrás, estes exemplos, embora piores que os de (60), não me parecem terríveis. Mas consideremos agora (63) e (64), formados a partir de (61) e (62), respectivamente, pela substituição da expressão-r por um pronome, e do objecto nulo pela expressão-r:

- (63) a. o polícia insultou ele antes de agredir o prisioneiro
 b. tirei-o para fora da caixa sem quebrar o relógio
 c. recomendaram-mo antes de eu comprar esse livro

- (64) a. a polícia avisou-os de que iria prender esses homens
 b. convenci eles de que poderia ajudar esses estudantes

Em (63) e (64) *não* é possível obter uma leitura co-referente entre os elementos sublinhados. Tem sido *standard* na teoria gerativa atribuir esse facto a uma violação da condição-C da teoria da ligação. Ainda que essa análise possa ser posta em causa, na au-

sência de uma alternativa plausível, vou assumi-la aqui. Sendo assim, a posição ocupada pelo pronome em (63) e (64) *c-comanda* a posição ocupada pela expressão-r. Mas nesse caso temos de admitir igualmente que a posição ocupada pela expressão-r em (61) e (62) também *c-comanda* a posição ocupada pelo objecto nulo. Ou seja, temos de concluir algo como (65):

- (65) Não existe uma condição de anti-c-comando entre o objecto nulo e o seu antecedente.

O problema regressa assim à estaca zero. Se em (61) e (62) o objecto nulo é licenciado por um antecedente que na realidade *c-comanda* o objecto nulo, por que é que isso não é possível em (53)? Uma das diferenças entre (53) e (61)-(62) é que em (53) o antecedente é um sujeito derivado em [spec, TP], ao passo que em (61)-(62), o antecedente é um objecto directo. Poderíamos então propor a seguinte generalização:

- (66) O antecedente de um objecto nulo não pode ser um sujeito em [spec, TP].

Mas (66) não é mais do que uma generalização descritiva, sem qualquer valor explicativo. Aliás, nem mesmo descriptivamente (66) me parece inteiramente sólido. Tudo depende do estatuto de expressões como as de (67) e (68), que nem sequer vou tentar avaliar quanto à sua aceitabilidade:

- (67) a. o preso foi insultado pelo polícia antes de este agredir ____
 b. o relógio foi tirado para fora da caixa por mim sem eu quebrar ____
 c. esse livro me foi recomendado antes de eu comprar ____

- (68) a. esses homens foram avisados (de) que a polícia ia prender ____
 b. esses estudantes foram convencidos (de) que eu poderia prejudicar ____

As frases destes últimos paradigmas parecem-me mais degradadas do que as de (61) e (62), e as de (68) mais do que as de (67). De qualquer modo, temos aqui uma amostra dos problemas tanto empíricos como teóricos que a sintaxe do objecto nulo continua a levantar em português. Vou deixar o assunto neste estado menos que satisfatório, esperando voltar a ele em trabalho futuro.

Recebido em 14 de maio de 2005. Aceito em 15 de junho de 2005.

Referências bibliográficas

- Chomsky, Noam. 1977. 'On Wh-Movement'. Em P. Culicover, T. Wasow e A. Akmajian (orgs.) *Formal Syntax*. Academic Press. New York.
- Chomsky, Noam. 1986a. *Barriers*. MIT Press. Cambridge, Massachusetts.
- Chomsky, Noam. 1986b. *Knowledge of Language: Its Nature, Origin and Use*. Praeger. New York.
- Chomsky, Noam. 1998. 'Minimalist Inquiries: the Framework'. MIT Occasional Papers in Linguistics, 15.
- Cinque, Guglielmo. 1990. *Types of A'-Dependencies*. MIT Press. Cambridge, Massachusetts.
- Cole, Peter. 1987. 'Null Objects in Universal Grammar'. *Linguistic Inquiry* 18: 597-612.
- Cyrino, Sonia. 1997. *O Objeto Nulo no Português do Brasil*. Editora UEL. Londrina.
- Duarte, Maria Eugénia. 1986. *Variação e Sintaxe: Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP.
- Duarte, Maria Inês. 1987. *A Construção de Topicalização na Gramática do Português: Regência, Ligação e Condições sobre o Movimento*. Dissertação de Doutorado. Universidade de Lisboa.

- Farrell, Patrick. 1990. 'Null Objects in Brazilian Portuguese'. *Natural Language and Linguistic Theory* 8: 325-346.
- Galves, Charlotte. 1989a. 'O Objeto Nulo no Português Brasileiro: Percorso de uma Pesquisa'. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 17:65-90.
- Galves, Charlotte. 1989b. 'L'objet Nul et la Structure de la Proposition en Portugais du Brésil'. *Revue des Langues Romanes* 18: 305-336.
- Galves, Charlotte. 1998. 'La Syntaxe Pronominale du Portugais Brésilien et la Typologie des Pronoms'. Em A. Zribi-Hertz (org.) *Les Pronoms*. Presses Universitaires de France. Paris.
- Huang, James C. T. 1984. 'On the Distribution and Reference of Empty Pronouns'. *Linguistic Inquiry* 15: 531-574.
- Kato, Mary. 1991. 'The Distribution of Pronouns and Null Elements in Object Position in Brazilian Portuguese'. Em W. Ashby, M. Mithun, G. Perissinotto e E. Raposo (orgs.) *Linguistic Perspectives on the Romance Languages*. John Benjamins. Amsterdam e Philadelphia.
- Kato, Mary e F. Tarallo. 1987. 'Restrictive VS Syntax in Brazilian Portuguese: Visible Subjects and Invisible Clitics'. Manuscrito.
- Krifka, Manfred, F.J. Pelletier, G.N. Carlson, A. ter Meulen, G. Chierchia e G. Link. 1995. 'Genericity: An Introduction'. Em G.N. Carlson e F.J. Pelletier (orgs.) *The Generic Book*. The University of Chicago Press. Chicago.
- Kuroda, Sige-Yuki. 1969. 'English Relativization and Certain Related Problems'. Em D.A. Reibel e S.A. Schane (orgs.).
- Laca, Brenda. 'Generic Objects: Some More Pieces of the Puzzle'. *Lingua* 81: 25-46.
- Lambrecht, Knud. 1994. *Information Structure and Sentence Form: Topic, Focus and the Mental Representations of Discourse Referents*. Cambridge University Press. Cambridge.
- Longobardi, Giuseppe. 1994. 'Reference and Proper Names'. *Linguistic Inquiry* 25: 609-665.
- Lyons, Christopher. 1999. *Definiteness*. Cambridge University Press. Cambridge.
- Omena, N.P. 1978. *Pronome Pessoal de Terceira Pessoa: suas Formas*

- Variantes em Função Acusativa*. Dissertação de Mestrado. PUC-RJ.
- Pereira, M.G.D. 1981. *A Variação na Colocação dos Pronomes Átonos no Português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. PUC-RJ.
- Postal, Paul. 1966. 'On So-Called "Pronouns" in English'. Em F. Dinneen (org.) *The 19th Monograph on Languages and Linguistics*. Georgetown University Press. Washington D.C. Também em D.A. Reibel e S.A. Schane (orgs.).
- Raposo, Eduardo. 1973. 'Sobre a Forma o em Português'. *Boletim de Filologia*, Tomo XXII, 361-415.
- Raposo, Eduardo. 1986. 'On the Null Object in European Portuguese'. Em O. Jaeggli and C. Silva-Corvalán (orgs.) *Studies in Romance Linguistics*. Foris. Dordrecht.
- Raposo, Eduardo. 1996. 'Toward a Unification of Topic Constructions'. Manuscrito, UCSB.
- Raposo, Eduardo. 1998. 'Definite/Zero Alternations in Portuguese: Towards a Unification of Topic Constructions'. Em A. Schwegler, B. Tranel e M. Uribe-Etxebarria (orgs.) *Romance Linguistics: Theoretical Perspectives*. John Benjamins Co. Amsterdam.
- Raposo, Eduardo. 1999. 'Some Observations on the Pronominal System of Portuguese'. Em Z. Borrás e J. Solà (orgs.) *Catalan Working Papers in Linguistics* 6: 59-93, Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona. Barcelona.
- Raposo, Eduardo. 2000. 'Clitic Positions and Verb Movement'. Em J. Costa (org.) *Portuguese Syntax: New Comparative Studies*. Oxford University Press. Oxford.
- Raposo, Eduardo e J. Uriagereka. 1996. 'Indefinite SE'. *Natural Language and Linguistic Theory* 14: 749-810.
- Reibel, D.A. e S.A. Schane (orgs.). 1969. *Modern Studies in English: Readings in Transformational Grammar*. Prentice-Hall. Englewood Cliffs, New Jersey.
- Rizzi, Luigi. 1986. 'Null Objects in Italian and the 'Theory of pro''. *Linguistic Inquiry* 17: 501-558.
- Ross, John. R. 1967. *Constraints on Variables in Syntax*. Dissertação de

PhD. MIT.

- Stowell, Tim. 1989. 'Subjects, Specifiers and X-Bar Theory'. Em M. Baltin e A. Kroch (orgs.) *Alternative Conceptions of Phrase Structure*. The University of Chicago Press. Chicago.
- Uriagereka, Juan. 1995a. 'Aspects of the Syntax of Clitic Placement in Western Romance'. *Linguistic Inquiry* 26: 79-123.
- Uriagereka, Juan. 1995b. 'An F Position in Western Romance'. Em K.E. Kiss (org.) *Discourse Configurational Languages*. Oxford University Press. Oxford.
- Wheeler, Dana. 1981. 'Object Deletion in Portuguese'. Em *Proceedings of the IX Linguistic Symposium on Romance Languages*.